

NENHUMA CRIANÇA DEIXADA PARA TRÁS

Investir nos primeiros anos

A primeira infância e a deficiência são explicitamente abordadas no renovado Consenso Europeu para o Desenvolvimento intitulado «O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro». O Consenso compromete também a União Europeia (UE) e os respetivos Estados-membros a continuarem a desempenhar um papel de liderança e assegurarem que ninguém é deixado para trás.¹ A UE está **empenhada em apoiar crianças com deficiência no seu Quadro Político da Deficiência², que promove a inclusão da deficiência** em linha com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).³ Contudo, este facto nem sempre foi convertido nas suas políticas de desenvolvimento, com principal foco na cooperação para o desenvolvimento no apoio a organizações não governamentais (ONG) e organizações de pessoas com deficiência (OPD).

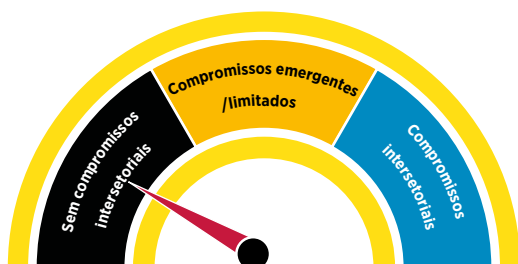
Uma análise a 10 doadores mostrou que, em 2017, as instituições da UE foram o:

7^o
maior contribuinte para o **desenvolvimento na primeira infância**, relativamente à carteira de assistência ao desenvolvimento ultramarino (ADU) global (ou seja, 1,1% da ADU são gastos em DPI).^A

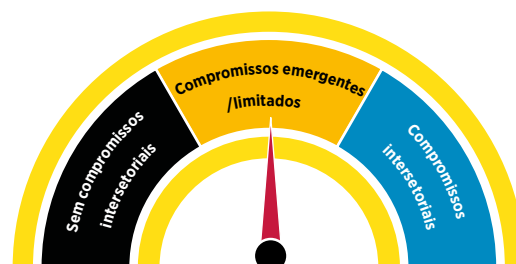
6^o
maior contribuinte em termos de proporção de ajuda à **educação gasta na educação para a primeira infância/ensino pré-primário** (ou seja, 0,24% de ajuda à educação são gastos no ensino pré-primário).^B

8^o
maior contribuinte em termos de **quantidade de ajuda à educação gasta na educação para a primeira infância/ ensino pré-primário**.^B

Compromisso estratégico no âmbito do desenvolvimento na primeira infância



Compromissos de investimento em educação inicial com inclusão da deficiência



A UE desempenha um papel de liderança na implementação do marcador do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) relativo à deficiência, e pretende emitir um relatório a esse respeito em 2019. **No entanto, estes compromissos de desenvolvimento com inclusão da deficiência têm também de ser mais adequadamente refletidos nas suas ações de apoio ao desenvolvimento na primeira infância (DPI) nos países em desenvolvimento.**

^A A tabela que apresenta os níveis comparativos de gastos em desenvolvimento na primeira infância para os doadores neste relatório está disponível no relatório global correspondente.

^B Neste relatório, foram analisados dois aspetos com vista a obter uma comparação entre a ajuda concedida à educação inicial por vários doadores. Em primeiro lugar, o montante total (montante quantitativo) gasto em ajuda à educação inicial e, em segundo lugar, numa tentativa de medir o «esforço» do doador, os autores deste relatório compararam a proporção de ajuda gasta no subsector de educação para a primeira infância face à ajuda global gasta no setor da educação.

Desenvolvimento na primeira infância integrado e inclusivo

Os gastos em ajuda provenientes da UE encontravam-se entre os maiores do mundo, em termos quantitativos, nos domínios de DPI avaliados neste relatório, apesar de não se tratar de uma intenção deliberada e sim de uma consequência da metodologia utilizada.^c No entanto, tal representou apenas 1,7% do total das contribuições para ajuda em 2017 e, dos doadores neste estudo, a UE ficou classificada em sétimo lugar relativamente aos seus gastos em DPI. Por outras palavras, em virtude de ter uma abrangente carteira de ajuda em termos quantitativos, a UE foi um dos principais doadores para DPI. Contudo, a UE atribuiu uma menor percentagem de ADU total a serviços de DPI em comparação com outros doadores neste estudo.

No âmbito dos quadros políticos e políticas que orientam o trabalho da assistência ao desenvolvimento da UE, não existem quaisquer compromissos específicos com DPI como uma abordagem multissetorial estratégica. Além disso, uma pesquisa nos projetos financiados pela UE vigentes na atual carteira de ajuda não detetou quaisquer projetos explícitos a nível do país relativos a DPI.⁴

Apoiar a educação inicial e o ensino pré-primário

Verificou-se um lamentável subfinanciamento da aprendizagem inicial. A contribuição para ajuda da UE destinada à educação inicial representou menos de

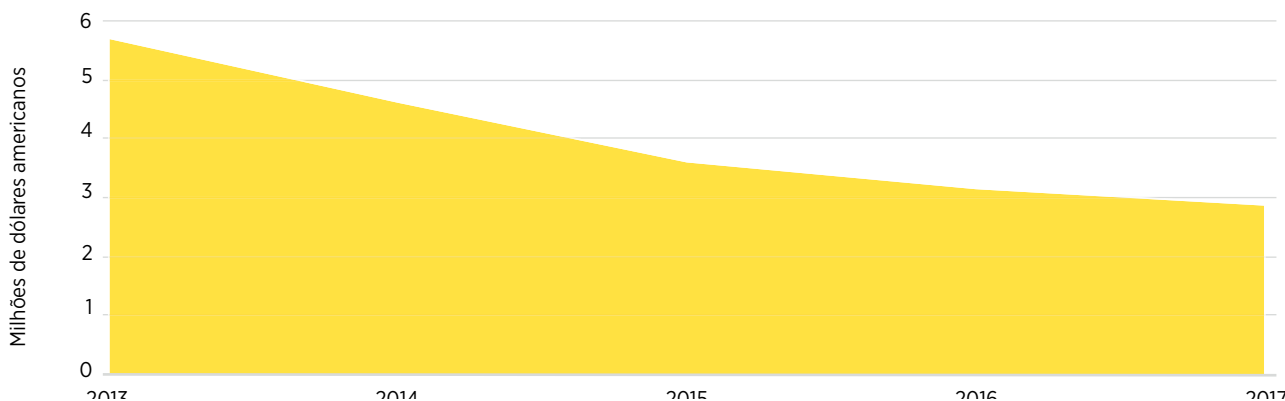
1% da ajuda à educação em 2017 (0,3%). A UE ficou classificada em sexto lugar em termos de percentagem de ajuda à educação global canalizada para a educação inicial, entre os doadores avaliados neste relatório. Além disso, tal como a Figura 1 demonstra, a ajuda à educação inicial diminuiu nos últimos anos. Este facto claramente não corresponde ao compromisso da UE em apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente o compromisso de cumprir os objetivos da educação inicial (ou seja, objetivo 4.2 dos ODS).

Uma análise mais aprofundada da carteira de ajuda à educação inicial no período de cinco anos entre 2012 e 2017 demonstrou ainda que uma parte significativa da ajuda gasta em projetos de educação inicial pela UE foi canalizada para países na Europa de Leste e outros países de médio rendimento.^d Tal demonstra uma diminuição do foco no incremento da ajuda à educação inicial em países de rendimento mais baixo.

Ainda que a Comissão Europeia, no respetivo Documento de Trabalho dos Serviços, Mais e Melhor Educação nos Países em Desenvolvimento⁵, tenha salientado que a educação na primeira infância foi negligenciada e subfinanciada enquanto parte fundamental de uma abordagem do conjunto do setor à educação, a comissão não assumiu quaisquer compromissos específicos relativamente à mesma. As políticas de desenvolvimento da UE comprometem-se também com uma abordagem abrangente à educação, desde a educação na primeira infância até ao emprego.

FIGURA 1

Gastos da União Europeia com educação inicial, 2013-2017 (gastos contínuos em dólares americanos, 2017)



Fonte: Sistema de Notificação de Países Credores da OCDE. Acedido em maio de 2019

^c O relatório utiliza uma metodologia que visa proporcionar as melhores estimativas de gastos com crianças de idade inferior a cinco anos nas áreas da saúde, nutrição, educação e água, saneamento e higiene (WASH) – adaptado a partir de uma publicação The World de 2017.

^d Foram encontradas abordagens à educação inclusiva em projetos na China, Marrocos, Azerbaijão, Sérvia e Usbequistão. Os mesmos programas visam explicitamente crianças com deficiência.

Apesar de a UE defender um «setor da educação equilibrado», atualmente não está a investir na educação inicial na mesma proporção de outras áreas. Por exemplo, ao longo de 2017, gastou 70 vezes mais no ensino superior e 60 vezes mais no ensino secundário do que em educação na primeira infância.

A Comunicação sobre Educação em Emergências e Crises Prolongadas⁶, o mais recente documento da política da UE sobre educação, representa também a abordagem estratégica e integrada da UE no que diz respeito ao reforço dos sistemas de ensino. Esta inclui a educação na primeira infância e a formação contínua e promove medidas para a educação de crianças afetadas por conflitos, a partir dos três anos. Tal poderá ser indício de um aumento do investimento na educação inicial para crianças afetadas por conflitos. No entanto, este compromisso ainda não foi convertido em níveis de gastos.

Além disso, a UE não tem quaisquer políticas e estratégias específicas que abordem a intersecção entre a deficiência, a educação e a educação na primeira infância. A deficiência é brevemente referida no Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão

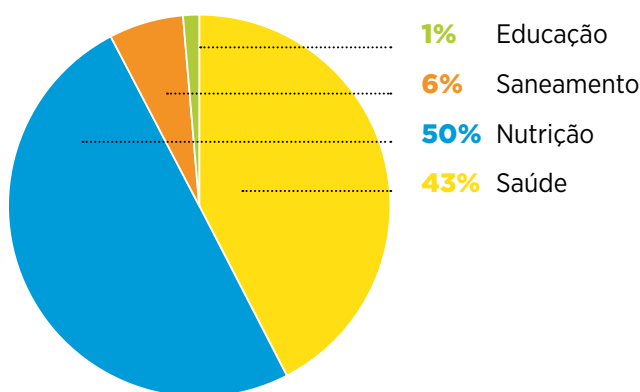
Europeia⁵ como uma barreira ao acesso à educação, mas não são propostas quaisquer soluções políticas. Por outras palavras, as crianças com deficiência são mencionadas como um grupo vulnerável ou desfavorecido e a educação na primeira infância é destacada como um aspeto da abordagem do conjunto do setor à educação. Apesar disso, a ligação desta população específica à educação na primeira infância está ausente. A UE ratificou a CDPD³ e é um forte apoiante e defensor dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁷ e da agenda «não deixar ninguém para trás».

Saúde, nutrição e saneamento

A saúde, a nutrição e o saneamento, em conjunto, representaram 70% de todos os gastos de DPI em 2017. Metade da ajuda da UE foi canalizada para a nutrição nos domínios do DPI avaliados para este relatório (consulte a Figura 2). Os programas de nutrição poderão beneficiar mães e crianças, mas o tipo de investimento explícito que apoia o desenvolvimento e o fortalecimento dos jovens cérebros, como o investimento numa perspetiva de desenvolvimento precoce, parece praticamente inexistente nos projetos e documentos estratégicos.⁸ No setor da saúde, os serviços destinados a DPI recebem pouca atenção; o mesmo é válido para a prestação de serviços destinados a grupos mais marginalizados, como gastos destinados a serviços de saúde na primeira infância inclusivos.

Entretanto, foi demonstrado que os investimentos em saneamento foram muito reduzidos nos anos mais recentes. Não foi detetado qualquer foco em gastos nas áreas da saúde, nutrição ou saneamento relacionados com a prestação de serviços que fomentem a inclusão da deficiência nos primeiros anos nos mais recentes gastos em ajuda em 2017.

FIGURA 2 Distribuição da ADU no desenvolvimento na primeira infância em diferentes domínios de DPI. Gastos contínuos em dólares americanos no ano de 2017, com base em valores do CAD



Fonte: Sistema de Notificação de Países Credores da OCDE. Acedido em maio de 2019



Crédito fotográfico: Ulrich Eigner

Conclusões

A UE deve trabalhar ainda mais para incorporar o DPI nas suas abordagens estratégicas, uma vez que os programas de DPI oferecem oportunidades consideráveis para a cooperação intersetorial e a UE comprometeu-se com esta abordagem através dos ODS. Além disso, a UE deve procurar uma integração mais adequada de um foco deliberado na forma como os seus gastos podem apoiar o DPI em subsectores como a saúde e a nutrição. No âmbito da educação, a UE deve começar a trabalhar no sentido de atribuir montantes consideravelmente superiores de ajuda à educação nos primeiros anos ou definir objetivos subordinados relacionados com a inclusão e a educação na primeira infância para a Parceria Global para a Educação (GPE), no papel de principal doador.

Tal deve ser complementado por uma análise da forma como isto pode ajudar a limitar atrasos no desenvolvimento e beneficiar crianças com deficiência para melhor refletir uma abordagem global ao desenvolvimento com inclusão da deficiência. Em 2015, as observações finais da CDPD resultantes da análise da UE recomendavam que a UE adotasse uma política harmonizada em matéria de desenvolvimento com inclusão da deficiência e que esta definisse uma abordagem sistemática à integração dos direitos das pessoas com deficiência em todos os programas e políticas de cooperação internacional da UE.⁹ Existem sinais encorajadores que mostram que, no futuro, a UE estará em melhor posição para identificar medidas para crianças com deficiência, uma vez que desde 2019 a UE implementa o marcador de inclusão da deficiência da OCDE/CAD e submeteu um primeiro relatório sobre os fluxos de ajuda de 2018. É esperado que estes sinais encorajadores possam também refletir-se numa abordagem ao DPI, que direciona o apoio para crianças com deficiência.

SOBRE O RELATÓRIO DE PESQUISA E PERFIS DE DOADORES

A Light for the World e respetivos parceiros levaram a cabo uma análise detalhada respeitante aos gastos em ajuda que 10 doadores se comprometeram em atribuir para apoio ao desenvolvimento na primeira infância. Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Reino Unido e EUA são os seis doadores bilaterais analisados neste relatório, juntamente com quatro doadores multilaterais, nomeadamente a União Europeia, o Banco Mundial, a UNICEF e a Parceria Global para a Educação. É dada especial atenção, na pesquisa, aos compromissos dos doadores para com crianças vulneráveis, em risco de serem marginalizadas ou com atraso na aprendizagem devido a uma deficiência. Por esta razão, além dos gastos em ajuda também foram analisados os modelos estratégicos dos doadores.

A Light for the World e respetivos parceiros forneceram também dados para os perfis de doadores.

Recomendações

As instituições da UE, na sua assistência ao desenvolvimento, devem:

- Aumentar o financiamento da educação inicial e do ensino pré-primário, com o objetivo de contribuir para gastos de 10% da respetiva ajuda total à educação no subsector a mais longo prazo.
- Definir metas com prazos determinados para que todos os projetos de ADU, que potencialmente apoiem o desenvolvimento na primeira infância, incluam a deficiência.
- Cooperar cada vez mais com países de baixo rendimento e ajudá-los a desenvolver a sua capacidade de reforçar a educação na primeira infância, focando-se nos mais marginalizados entre os mesmos. Para o conseguir, estas instituições devem utilizar os conhecimentos resultantes do apoio a países de médio rendimento com vista ao reforço da educação na primeira infância.
- Utilizar financiamento pré-existente na saúde, WASH e nutrição e mecanismos de coordenação a nível do país com vista a incluir um maior foco nos benefícios do DPI para a maioria das crianças marginalizadas, principalmente crianças com deficiência.
- Colocar o trabalho em termos de DPI no centro das abordagens intersetoriais de ODS e assegurar que essa cooperação com ministérios de diferentes países ajuda a promover e encorajar a coordenação de DPI.

COMPÊNDIO DE FERRAMENTAS DE PROMOÇÃO

Este Perfil de doador é um dos 10 dossiers de promoção para promoção de ADU. Existem também quatro perfis de países destinatários para promoção nacional, bem como um Relatório Global e uma lista de verificação simples para apoiar a conceção de programas de DPI inclusivos que procuram apoiar as crianças mais marginalizadas.



Uma Nota Metodológica com mais informações sobre o processo de análise, juntamente com todas as ferramentas, pode ser consultada em:

www.light-for-the-world.org/inclusive-ecd-investment

REFERÊNCIAS: 1. Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento. *Our world, our dignity, our future*. Comissão Europeia, 2017. 2. Quadro da UE relativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. <https://fra.europa.eu/pt/content/quadro-da-ue-relativo-convencao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-das-pessoas-com?lang%5B0%5D=pt>. Acesso agosto de 2019. 3. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), A/RES/61/106(2007). 4. U Aid Explorer. Comissão Europeia. <https://euaidexplorer.ec.europa.eu>. Acedido em julho de 2019. 5. Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão. *More and Better Education in Developing Countries*. Bruxelas: Comissão Europeia; 2010. 6. *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre Educação em Emergências e Crises Prolongadas*. Bruxelas: Comissão Europeia; 2018. 7. Nações Unidas. Sustainable Development Knowledge Platform: Sustainable Development Goals. Nações Unidas. <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>. Publicação 2018. Acesso agosto de 2019. 8. WelcomEurope. ECHO. www.welcomeurope.com/european-funds/echo-230+130.html#tab=onglet_details. Acedido em julho de 2019. 9. Implementação da resolução da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 7 de julho de 2016 relativa à implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo em especial atenção as Observações Finais do Comité CRPD da ONU (2015/2258(INI)). *Jornal Oficial da União Europeia C 101/138*.